



ATA DE REUNIÃO INMETRO

Identificação da Reunião

Página 1 de 15

REUNIÃO PLENÁRIA – 2º CICLO / 2012

Data: 28 a 30 de novembro de 2012

Local: Campo Grande – MT

Presentes:

Conforme lista de presença

Ausentes Justificados:

Não houve

Redator:

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

Assuntos Tratados

A reunião foi iniciada pelo Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) e pelo Dr. Sérgio Maia (AEM – MS), onde apresentaram a programação.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) apresentou os resultados do Plano de Trabalho, referente ao exercício de 2012, ressaltando a diferença do que foi apresentado nas reuniões regionais, no que diz respeito a serviços metrológicos.

Destacou a boa porcentagem em dívida ativa, comentando sobre o crescimento de 21 % em relação ao exercício de 2011 (receita efetiva).

Sr. André Fofano (Cored) comentou acerca da receita gerada, onde o desempenho, também em relação ao exercício de 2011, foi superior.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) parabenizou todos os dirigentes pelo excelente trabalho e exibiu todos os itens, no que concerne ao plano de trabalho.

Sr. André Fofano (Cored) comentou acerca do decréscimo da receita gerada no Amapá (comparação de 2011 com 2012) e comentou, ainda, que em Roraima, também houve uma redução no que diz respeito a serviços metrológicos, porém, destacou o crescimento em receita gerada (comparação 2011 com 2012).

A alta receita em cronotacógrafo, em Alagoas, foi apontada, explicando que este serviço foi iniciado agora, neste estado.

Foi falado sobre o crescimento significativo no estado da Bahia e o aumento de 25% na receita total do Ceará.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) recomendou aos estados que tiveram redução em serviços metrológicos que conversem com a área técnica, com o objetivo de verificar se os serviços foram realizados.

Destacou-se o alto crescimento, em cronotacógrafo, nos estados do Maranhão e Paraíba.

Dr. Osni Ortiz (Ipem – RO) comentou que, nos últimos dias, seus equipamentos tem apresentado problemas.

Evidenciou-se que em Pernambuco houve um decréscimo na receita efetiva de serviços, onde foi pedido atenção nesta área.

Foi comentado que no Piauí houve um aumento na receita de serviço, onde lembraram que no exercício de 2011 haviam tido uma queda.

Destacaram o alto índice em cronotacógrafo, no estado do Rio Grande do Norte, ressaltando que, anteriormente, este índice era zero.

Comentaram acerca do aumento de 9% no resultado geral do estado de Sergipe e comentaram, ainda, sobre a questão do cronotacógrafo, no estado de São Paulo.

Foi falado sobre o aumento de 9% na receita efetiva do Paraná, porém destacaram a redução em serviços metrológicos, apontando que a receita gerada foi menor.

Destacou-se o aumento de 22% no resultado final do Rio Grande do Sul e comentou-se acerca da redução em serviços metrológicos e em cronotacógrafo.

Dra. Camila Herzog (SURRS) manifestou-se, informando que os números do Rio Grande do Sul estão em desacordo.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) explicou que, realmente, havia um erro nas regionais de alguns estados.

Sr. Antônio Junior (SURRS) explicou que o valor correto é a receita efetiva.

Dr. José do Patrocínio (ITPS) questionou se havia este erro nos exercícios anteriores. Sr. Antônio Junior (SURRS) esclareceu que este equívoco ocorreu, apenas, a partir de março de 2012.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) afirmou que se os valores forem somados, mês a mês, na calculadora, os erros serão encontrados. Afirmou, ainda, que os relatórios do SGI podem ter problemas e havendo distorções.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que não há mais erros, mas caso mais algum seja identificado, os ajustes serão realizados imediatamente.

Na seqüência, foi comentado que, em Goiás, não houve nenhum aumento, porém esclareceu-se que as equipes ficaram paradas por mais de 1 mês, por falta de motorista.

Destacaram o aumento de 11% na receita total de Mato Grosso do Sul e destacaram, ainda, o impacto que o fechamento da Filizola gerou na receita de serviço.

Foi falado sobre o aumento dos resultados de Mato Grosso e Tocantins que foi na ordem de 21% e 78%, respectivamente.

O quadro demonstrativo de fechamento do Plano de Trabalho foi apresentado, onde foi apontado que, apenas, o Rio de Janeiro está com o mês de agosto pendente.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) parabenizou a todos pela evolução do fechamento do Plano de Trabalho.

Posteriormente, foi apresentado o quadro demonstrativo de tempo médio de fechamento, comparando os exercícios de 2011 com 2012, no que concerne em média de dias, destacando a redução da média final de 46 para 18 dias.

Dr. Paulo Lopes (Ipem – SP) ressaltou que o tempo médio de fechamento em São Paulo é de 15 dias.

Dr. Ivan Alves (Ipem – MG) comentou sobre a proposta, feita pelo Dr. Tadeu Penteadó (Ipem – SP), em alterar o fechamento do plano para 10 dias.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que, de acordo com os números exibidos, não há necessidade desta alteração.

Dando prosseguimento, apresentou-se o acompanhamento do Plano de Trabalho, onde, no que diz respeito à verificação de instrumentos (subseqüente), os órgãos delegados realizaram, de janeiro a outubro, 93% do que foi planejado.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) comentou acerca do baixo número de verificações após reparo.

No que concerne à Pré – Medidos, foi apresentado que foi realizado 102% do planejado, referente a exame final.

Referente à Fiscalização na área da qualidade, comentou-se que foi realizado 116% em relação ao que se planejou, porém, destacou-se que 124% foram realizados em operações especiais.

Dr. Paulo Lopes (Ipem – SP) comentou que, no caso das operações especiais, o Inmetro demanda muitas ações, por isso o índice é elevado.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) esclareceu que esta notificação não está correta, uma vez que as demandas do Inmetro não estão sendo contabilizadas.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) comentou que tudo o que não está estabelecido se enquadra em operação especial e ressaltou que foi muito inteligente a separação da fiscalização da verificação.

O acompanhamento da fiscalização da conformidade foi apresentado, onde se comentou que, referente aos números de fiscalizações, os índices não estão satisfatórios, porém, destacou-se que esta atividade é nova.

Dr. Eduardo Sampaio (Ibometro) comentou acerca do erro de lançamento, em números de operações especiais de avaliação da conformidade, na Bahia.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) falou da importância de usar o sistema e o módulo fiscalização.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) parabenizou o Ipem – SP por dar tantas respostas positivas nas operações especiais e destacou a parceria Inmetro e Ipem – SP.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) comentou, ainda, sobre o aumento de 36% na arrecadação de multas da área da qualidade, solicitando que os Srs. André Fofano (Cored) e Marcelo Monteiro (Dqual) façam uma análise destes números.

O acompanhamento da área jurídica foi apresentado, onde foi evidenciado que 102% do que foi planejado foi realizado.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou que realizará um comparativo entre estados, no que diz respeito a produtos autuados, visando esclarecer o motivo que um produto é autuado e o outro não.

Aproveitando a oportunidade, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) chamou atenção para autuação por erro quantitativo, onde informou que o índice está baixo. Disse que zero em autuação não é a realidade do Brasil.

Sr. André Fofano (Cored) esclareceu que os índices de reprovação nunca foram inferiores a 15%, destacando que a possibilidade de autos de infração é muito maior que a apresentada atualmente.

Foi falado que o sistema não contempla autuação em bomba e balança. Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que o sistema contempla sim e registrou não se deve fazer autuação em campo, deve-se fazer o laudo e, posteriormente, levar para autuação.

As estatísticas em bombas, no que se refere à verificação periódica e eventual, foram apresentadas.

No que diz respeito ao Plano de Aplicação e Prestação de Contas, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) apresentou as pendências dos estados e do Inmetro, onde destacou que todos estão muito bem, comparando os exercícios de 2011 com 2012.

Apresentou, ainda, a comparação da receita e da despesa e, posteriormente, exibiu, apenas, as despesas de convênio, destacando os estados que possui despesa de pessoal paga pelo estado.

Exibiu a receita e a despesa pactuada e a inadimplência em serviços e jurídico.

Apresentou a evolução do fluxo de caixa, destacando a importância de se gastar com qualidade.

Apresentou, ainda, o tempo que cada estado sobreviveria caso não houvesse mais repasse, tendo como referencia os gastos.

E, concluindo, exibiu o ranking da evolução da receita geral e estratificada e apresentou, ainda, o calendário de eventos para 2013.

Dr. José Autran (Audin), solicitando que todos mantenham a programação, informou que a Audin também já montou seu calendário de auditorias, o qual será encaminhado para todos os dirigentes.

Dra. Camila Herzog (SURRS) se manifestou no sentido de realizar o Encontro de Informática, do ano de 2013, em Porto Alegre.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel), aproveitando a oportunidade, Informou que, caso algum órgão deseje sediar o próximo encontro técnico da Dimel com a RBMLQ – I, que o procure.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou acerca das mudanças para 2013, onde em março será realizada a revisão e o ajuste do exercício corrente e o planejamento de 2014.

Lembrou que todos deverão estar atentos, pois o sistema será aberto para a realização dos ajustes do ano de 2013, no período de 18 a 22/02/2013.

Solicitou que, nas reuniões regionais, todos já estejam com seu material preparado, uma vez que o Inmetro fará uma análise deste material no período de 25/02 a 01/02/2013 e pediu que todos tenham compromissos com os prazos acordados, comentando que em setembro de 2013 o planejamento para os exercícios de 2015, 2016 e 2017 serão realizados e, ainda, será realizado, neste período, o ajuste para o ano de 2014.

Encerrando a sua fala, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) apresentou o novo cronograma de repasse.

Dr. Marcio Paiva (Cored) iniciou sua apresentação comentando a respeito da atualização da estrutura orgânica da RBMLQ – I, onde solicitou que todos encaminhem suas informações atualizadas.

Sr. Alexandre Soratto (Imetro – SC), contextualizando, comentou sobre a ausência de um indicador para medir a qualidade do índice de reprovação, no que diz respeito à satisfação dos usuários de serviços e conformidade na execução dos serviços.

Comentou, também, sobre índice de sustentabilidade e avaliação da capacidade de um órgão delegado prover recursos para se manter, lembrando que este é um indicador recente para verificar se o órgão consegue se sustentar com sua receita, em relação aos seus gastos.

Sr. Marcelo Ferreira (Cored) falou sobre índice de sustentabilidade financeira, explicando que este índice representa a relação entre a receita total do órgão com as despesas custeadas, exclusivamente, com o recurso do convênio e informou que a fonte do estudo foi o SGI, apresentando a memória de cálculo.

Posteriormente, mostrou a evolução, mês a mês, do índice de sustentabilidade financeira, destacando ser dados mais informativos que conclusivos.

Encerrando, apresentou a equipe de trabalho, destacando a atuação de cada um.

Sr. Marcio Paiva (Cored) comentou acerca do levantamento da força de trabalho, apresentando os dados de 2011 e 2012.

Dando prosseguimento, falou sobre a distribuição de tempo da força de trabalho, onde afirmou que é mais eficiente ter um uma maior concentração de tempo na atividade fim.

Apresentou a distribuição de tempo total de força e trabalho por serviços finalísticos, em 2011 e 2012.

Apresentou, ainda, o gráfico referente à distribuição da força de trabalho por órgão delegado e a estratificação da atividade finalística.

Na seqüência, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que com o estudo foi concluído que há uma má distribuição da força de trabalho e que a reclamação dos estados sobre a insuficiência de profissionais para executarem as atividades, não procede.

Dr. Marcelo Martins (Profe) destacou a relevância do estudo e Dr. Alfredo Lobo (Dqual) falou sobre a necessidade de se refletir sobre este assunto.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) mencionou ter assistido uma palestra sobre este tema, onde a área jurídica era considerada atividade fim e o Sr. Marcio Paiva (Cored) comentou que, neste estudo, a área jurídica foi considerada atividade meio.

Dr. Virgílio Cavalcante (Inmeq – AL) manifestou sua opinião, dizendo que, como a área jurídica gera receita, pode ser considerada atividade fim.

Dr. José do Patrocínio (ITPS – SE) ressaltou a importância do estudo para reflexão.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) esclareceu que não enviou as informações do Rio de Janeiro para este estudo, pois não considerou o objetivo claro, ressaltando a importância de se ter critérios para definição de como se fará uma média de tempo.

Sr. Marcio Paiva (Cored), defendendo sua teoria, comentou acerca das demandas pulverizadas.

Dr. Eduardo Sampaio (Ibametro) falou sobre a pertinência da questão, mas destacou a necessidade de ser cauteloso com a nomenclatura.

Sr. Marcio Paiva (Cored), finalizando sua apresentação, mostrou a distribuição relativa à força de trabalho, por órgão delegado.

Dra. Camila Herzog (SURRS) solicitou que estas informações não sejam disponibilizadas na internet, por uma questão de segurança.

Sr. Alexandre Soratto (Imetro – SC) iniciou sua apresentação comentando a respeito dos índices de produtividade, onde destacou sua composição e abordou a questão da amostragem.

Mostrou a formulação geral do índice de produtividade (IP) e mostrou ainda, as etapas e o sistema de consulta a estabelecimentos (RAIS / CNAE), informando que o banco está passando por uma série de modificações e falando sobre a problemática da atualização dos dados.

Dr. José do Patrocínio (ITPS – SE) sugeriu que os números sejam transformados em dados mais palpáveis.

Concluindo, Sr. Alexandre Soratto (Imetro – SC) apresentou o projeto de modernização da RBMLQ – I, destacando seu objetivo e falou, ainda, que os editais estão disponíveis no SGI, destacando alguns itens de interesse do Inmetro, alinhados à RBMLQ – I.

O espaço RBMLQ – I foi iniciado com a apresentação do Ipem – RJ sobre cronotacógrafos e cargas sólidas.

Destacou-se a operação Barreira fiscal, que foi realizada com a parceria do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Ipem – RJ, DNIT, ANTT e ANP.

Abordaram o objetivo da operação, afirmando otimizar as fiscalizações no transportes terrestres de grande porte. Apresentaram os resultados alcançados na diretoria técnica e na diretoria da conformidade.

Foi falado que o foco era autuar em quem não possuía o instrumento instalado e registraram que será feito um termo de referencia para a ANTT.

Em relação aos autos, abordou-se a questão da compartilhamento da receita, caso o caminhão seja de outro estado.

Foi sugerida a criação de uma notificação / termo de ocorrência, através do SGI, destacando a necessidade de se ter um documento para ser entregue ao motorista.

Dra. Camila Herzog (SURRS) parabenizou a ação e registrou que o veículo que não tem o instrumento só pode ser autuado pela polícia rodoviária.

Acerca dos veículos novos, foi esclarecido que há a possibilidade de instalarem o instrumento na fábrica e acordou-se que um ano será dado para que a verificação seja feita, porém registrou-se que as montadoras não estão procurando o Inmetro / Ipem.

Concluindo, Dr. Ivan Alves (Ipem – MG) registrou que em Minas Gerais as verificações estão sendo realizadas, também, em garagem de ônibus.

Dr. Antônio Carlos Godinho (Diraf) iniciou sua apresentação exibindo o demonstrativo orçamentário do Inmetro, referente ao exercício de 2012, onde destacou que a receita em novembro, até o dia 21, na fonte 250, alcançou R\$ 37,4 milhões e projeta-se uma arrecadação de R\$ 58 milhões até o final do mês.

Registrou-se que considerando o crescimento médio em relação à previsão da LOA (coluna B – gráfico apresentado), apontou-se uma receita de R\$ 693 milhões, na fonte 250, para o exercício de 2012.

Dando prosseguimento, fez uma análise comparativa do orçamento dos exercícios de 2011 e 2012.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ), aproveitando a oportunidade, perguntou sobre a possibilidade da GRU própria fazer parte da divisão da receita compartilhada.

Dr. Antônio Carlos Godinho (Diraf) explicou que esta possibilidade não existe. Dr. Marcelo Martins (Profe) esclareceu que neste caso não é receita compartilhada e sim receita vinculada.

Na seqüência, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) registrou que, como há a expectativa de liberação de R\$ 111 milhões, todos os órgãos que estiverem em dia com seus Planos de Trabalho, Planos de Aplicação e Prestação de Contas receberão seus recursos.

Sobre leilão on line da RBMLQ – I, Dr. Antônio Carlos Godinho (Diraf) apresentou o relatório com os valores arrecadados no leilão on line, informando que todos os órgãos delegados receberão cópia do relatório para que possam realizar os ajustes no plano de aplicação. Esclareceu, ainda, que caso algum órgão deseje fazer leilão no próprio estado, a Diraf autorizará.

Dando prosseguimento, Dr. Antônio Carlos Godinho (Diraf) falou da demanda da última Câmara Setorial de Administração e Finanças e registrou que 2 leilões foram realizados e haverá mais 1 no mês de dezembro. Registrou, ainda, que para se ganhar agilidade, uma empresa foi contratada para executar os leilões.

Dr. Antônio Carlos Godinho (Diraf), encerrando, comentou acerca de desfazimento de bens patrimoniais.

Dr. José Autran (Audin) iniciou sua apresentação falando acerca do encerramento de atividades junto aos controles do Inmetro. Isto é, preparação de empenhos e restos a pagar.

Sobre as questões do ano de 2012, esclareceu que foi realizada uma auditoria pela CGU, a qual recomendou o enquadramento na portaria 507, porém as exigências desta portaria não se aplicam aos convênios de delegação de competências.

Informou que o Dr. Marcelo Martins (Profe) entregará o parecer para todos.

Dando prosseguimento, falou a respeito do encerramento do exercício ser uma preocupação e registrou que as auditorias estarão sendo encerradas no início de dezembro, ressaltando que todos os órgãos passaram muito bem pelo período de eleição.

Esclareceu sobre o procedimento de envio do relatório de auditoria e falou sobre as questões do convênio, abordando sua atipicidade.

Dr. Ivan Alves (Ipem – MG) parabenizou a Audin pelo seu trabalho e Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) registrou sua vontade de exibição de cases positivos, ressaltando que é necessário enriquecer as reuniões, compartilhando experiências positivas.

Dr. José Autran (Audin) comprometeu-se em trazer experiências positivas nas próximas reuniões.

Dr. Marcelo Martins (Profe) iniciou sua apresentação entregando a todos o parecer jurídico da relação Inmetro e RBMLQ – I, enfatizando que o posicionamento é institucional.

Comentou que em reunião realizada com membros da CGU e do TCU não houve uma definição taxativa, porém o Inmetro se prontificou em elaborar um parecer específico com a situação atual. Sendo assim, uma pesquisa foi realizada e o parecer.

Esclareceu que o Inmetro entende o convênio em questão não deve e não pode ser objeto do Siconv ou da portaria 507, destacando que neste convênio há controle dos créditos e dos recursos aplicados e há sistema de TI implantado em todo país para que se tenha ferramentas de aprimoramento.

Dr. Rubens Camargo (Ipem – PR) destacou que no parecer se avança um pouco sobre a necessidade do termo aditivo, que é receita compartilhada, independente da forma de arrecadação.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) esclareceu que neste termo aditivo haverá um percentual (entre 70% e 90%), o qual estará condicionado à liberação orçamentária e atrelado ao Plano de Trabalho e Plano de Aplicação.

Dr. Marcelo Martins (Profe), dando prosseguimento, abordou as questões referentes às taxas metrológicas, enfatizando que é atribuição da União legislar em relação a tributos e falou acerca dos protestos, comentando que acerca de 60 dias havia enviado um documento solicitando a posição atual dos protestos de títulos, dizendo estar satisfeito com o resultado.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) questionou a questão do desfazimento do processo e Dr. Marcelo Martins (Profe), falando sobre certificação digital, esclareceu sobre a evolução da TI.

Dr. Sérgio Maia (AEM – MS) falou sobre a questão dos clientes que são autuados e estão sendo direcionados para o Serasa e, por esta razão, perdem seu direito de compra.

Dr. Marcelo Martins (Profe), ressaltou que esta questão não é de competência do Inmetro e que, atualmente, o Inmetro faz o protesto do título. Comentou que esta mesma situação já aconteceu em Minas Gerais e descobriu-se que a partir da distribuição do site da Receita Federal o Serasa tinha acesso aos devedores.

Dr. Wilibaldo Sousa (SURGO) comentou que se o devedor financiou a dívida e está pagando, este não pode ser considerado inadimplente e aproveitou a oportunidade para solicitar um auxílio do Inmetro na questão dos devedores em Brasília, que só realizam o pagamento em juízo.

Concluindo, abordou-se sobre a questão dos veículos alienados, esclarecendo que a autuação deverá ser dada ao proprietário do veículo, que no caso da alienação, é o banco.

Iniciou-se a reunião dos dirigentes com a Coordenadora do Cicma, Sra. Renata Bondim.

Sra. Renata Bondim (Cicma) apresentou a estrutura do Cicma, ressaltando que o grande objetivo é apoiar as áreas finalísticas e destacou a diversidade de seu público alvo.

Dr. Mauricio Martinelli (Cicma) abordou as questões referentes ao curso de agentes fiscais de metrologia legal, onde, inicialmente, destacou o alto índice de reprovação nos módulos 1 e 2.

Informou que o módulo base científica teve um bom índice de aprovação.

Comentou acerca dos motivos da evasão do curso, evidenciando que há falta de disponibilidade de tempo, que há dificuldade de acompanhamento dos alunos e que há alunos que também estão inscritos no curso da qualidade.

Comentou, ainda, a respeito das reprovações, destacando que há dificuldade de acompanhamento das aulas, devido às viagens de trabalho e há falta de participação nas atividades do curso.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) contextualizou sobre o objetivo da reunião e pediu que todos expusessem seus problemas quanto ao curso de agentes metrológicos.

Comentou-se que nas provas de recuperação e 2º chamada, do módulo 1, o sistema ficou aberto, tornando disponível, para visualização, o gabarito.

Para sanar este problema, sugeriu-se que a prova de recuperação e de 2º chamada só seja disponibilizada, apenas, para os alunos autorizados.

Informou-se que um aluno que não estava autorizado à prova de recuperação, entrou no sistema e realizou a prova e foi feita uma reclamação referente à disponibilização das apostilas on line, ressaltando que estas eram liberadas, apenas, no dia da aula.

Destacou-se que o material impresso, referente ao módulo 1, foi recebido pelo interlocutor, apenas, ao término do módulo 2.

Outra problemática levantada foi que a relação de material, a ser utilizado nos experimentos, foi encaminhada, aos interlocutores, dias antes ao início do curso, gerando dificuldade de adquirir o material em tempo hábil.

Referente ao guia do curso, foi falado que este gerou muitas dúvidas, principalmente no item Critérios de Avaliação e Certificação.

Falou-se, ainda, acerca dos experimentos do módulo 2, destacando que os prazos eram curtos, o que fez com que os alunos do ITPS corressesem contra o tempo para a entrega dos relatórios. Porém, após a reclamação, os outros estados tiveram seus prazos estendidos, para que assim, todos pudessem entregar suas atividades em dia.

Abordou-se a questão da falta de retorno, por parte do Cicma, ressaltando que os fóruns são corrigidos, mas as notas não são justificadas, o que gera polêmica quanto à correção. Ressaltou-se, ainda, que as dúvidas postadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) foram respondidas com muito atraso ou não foram respondidas.

Falou-se que, no módulo 2, houveram diversas dúvidas no que concerne às notas, já que estas não eram atualizadas no AVA.

Quanto às correções, destacou-se que a nota final que era divulgada, a qual o aluno se baseava para ter uma noção de sua situação no curso, não era válida, uma vez que o Cicma havia incluído notas de exercícios. Porém, os alunos só eram avisados que aquela informação não era válida muito depois de terem acessado esta informação.

Ressaltando-se a necessidade da atuação dos agentes fiscais, questionamentos sobre a interrupção do curso foram levantados, já que este estava previsto para terminar em dezembro de 2012.

Foi questionado, também, sobre o atraso do curso em alguns estados, ressaltando que se o curso é a distância não poderia haver atrasos.

Foi questionado, ainda, sobre a demora da emissão dos certificados.

Falou-se que o sistema permanece aberto, permitindo que a interlocutora de um estado tenha acesso ao gabarito da prova do outro estado.

Falou-se, também, sobre as constantes mudanças no cronograma, o que tem prejudicado o trabalho dos agentes, que constantemente precisam adaptar seu cronograma de trabalho.

Dra. Camila Herzog (SURRS) registrou que estes problemas são anteriores à posse da Sra. Renata Bondim (Cicma) e em relação ao conteúdo, colocou-se à disposição para ajudar e comentou acerca do atraso do curso, ressaltando a ansiedade de todos.

Dra. Soraya Alencar (Ipem – RJ) comentou sobre a importância do material estar disponível em tempo hábil e comentou, ainda, sobre a importância de se disponibilizar pessoas para orientar quanto ao material.

Sr. Marcio Paiva (Cored) registrou que nem todas as reclamações chegaram ao conhecimento da Cored e sugeriu a criação de uma comissão para a reformulação do curso.

Sra. Renata Bondim (Cicma) registrou que foi uma grande oportunidade para ver que o curso não está atendendo às expectativas.

Informou que sua chegada gerou uma grande turbulência no setor e que não quer justificar as falhas.

Destacou que o compromisso é equacionar e atender a demanda.

Esclareceu que o curso não está cumprindo o acompanhamento total da área finalísticas, que neste caso é a Dimel e que havia a pretensão, por parte do Cicma, e poder responder pelas questões técnicas.

Falou que foi identificada a necessidade de elaborar um material mais interativo, que não repita a aula.

Acordou-se que, caso a nova versão do curso não possa ser colocada no ar, o curso será mantido com o formato antigo.

Sra. Renata Bondim (Cicma) encerrou a reunião agradecendo a oportunidade e afirmando que encaminhará as Críticas para a oportunidade de melhoria.

Dando seqüência à Plenária, o espaço RBMLQ – I foi aberto com a apresentação do Dr. Rubens Penteado (Ipem – PR), que abordou o procedimento para coleta de hidrômetro a pedido do consumidor.

Destacou que o objetivo principal é eliminar a necessidade da presença de um técnico dos Órgãos Delegados no momento da coleta do hidrômetro, ao estabelecer metodologia para garantir a confiabilidade deste processo e exibiu sua funcionalidade, passando por todas as etapas.

Concluindo, informou que todos os campos do termo de coleta devem estar preenchidos pelo consumidor e assinados pelo técnico da unidade fornecedora e pelo consumidor, no momento da retirada do hidrômetro.

Informou, ainda, que o consumidor deve estar atento ao preenchimento de todos os campos do termo de coleta, podendo contatar a DIVEL para quaisquer esclarecimentos e dúvidas quanto ao preenchimento.

Dando prosseguimento, Sr. Bruno Paixão (Ipem – SP) realizou a apresentação sobre o Novo Posto para Verificação de Taxímetro, destacando que as obras terão início em janeiro de 2013 e término previsto para Abril do mesmo ano.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou acerca da possibilidade de alugar os roletes, porém foi questionado, pelo Dr. Miguel Seixas (ITPS), a respeito do custo deste aluguel.

Sr. Bruno Paixão (Ipem – SP) esclareceu que o Ipem – SP alugou 10 roletes e que a proporção é de acordo com a necessidade de cada órgão.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) ressaltou que a questão do rolete é antiga, informando que a solução foi dada junto aos fabricantes e, de repente, o rolo não será necessário, pois se terá uma solução em software.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) falou, ainda, que sobre a importância de se avaliar este investimento, ressaltando que a possibilidade é muito viável, já que é mais econômica.

Dr. Paulo Lopes (Ipem – SP) defende a locação dos rolos.

Dr. Clodoaldo Ferreira (Ipem – MT) apresentou o projeto que contempla a parceria do Ipem – MT com a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Falou a respeito do Cadastro de Contribuintes do Estado de Mato Grosso, destacando que o cadastro é o arrolamento de unidades cadastrais, pessoas físicas e/ou jurídicas, caracterizadas como unidades produtoras da agricultura, pecuária, silvicultura ou assemelhados, geradoras, industriais, comerciais, importadoras, exportadoras, armazenadoras e prestadoras de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Apresentou as atualizações que são contempladas pelo Ipem – MT e os itens que ainda estão em estudo para enquadramento na portaria da Secretaria da Fazenda.

Posteriormente, apresentou os benefícios conquistados com esta parceria, destacando a redução da quantidade de inadimplência e o aumento da arrecadação em, aproximadamente, 15%.

Na sequência, Dr. Clodoaldo Ferreira (Ipem – MT) comentou acerca do controle de vazão para combustível líquido / controle de vazão em água, ressaltando que esta ação beneficiará unicamente a Secretaria de Fazenda, porém será mais uma fonte de renda para o Ipem - MT.

Dr. Eduardo Sampaio (Ibametro) iniciou sua apresentação sobre Smart Grid, onde informou que é a aplicação de tecnologia da informação para o sistema elétrico de potência, integrada aos sistemas de comunicação e infraestrutura de rede automatizada. estrutura de rede automatizada.

Destacou que o Ibametro é o piloto do governo nesta tecnologia (monitoramento de consumo de energia) e falou a respeito da motivação e benefícios do uso do Smart Grid.

Ressaltando a visão evolutiva do sistema, mostrou a transparência e visibilidade do consumo, a qual promove ganhos em maturidade de gestão que permitam uso inteligente e sustentável da energia elétrica.

Apresentou o portal de gestão – monitoramento, o qual a proporciona um acompanhamento diário e on line do perfil de consumo, identificando tendências de ultrapassagem da demanda contratada.

Finalizando, apresentou os resultados obtidos pelo Ibametro, destacando que houve redução de gastos, revisão da subestação elétrica e instalação de no-break nas sedes, inspeção e eliminação de fuga de correntes, alteração do horário de funcionamento da central de ar condicionado, entre outros.

Dr. José Carlos Brandes (SURRS) apresentou as principais demandas, referente ao Sistema de Gestão Integrada, destacando que todo documento contido no SGI deverá ter certificação digital.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) falou que, visando uma confiabilidade maior no programa de certificação digital, foi procurado pela Casa Civil.

Dr. José Carlos Brandes (SURRS), dando prosseguimento, destacou que será homologada a nova versão dos módulos restos a pagar e cronotacógrafo.

Informou que há o desejo de criar os procedimentos de capacitação (Pronametro).

Comentou acerca das conquistas do exercício de 2012, destacando a implantação do módulo consolidado e comentou, também sobre o PSIE.

Finalizando, informou que será regularizada a contratação do serviço de TI (Equipe SURRS / Cored), destacando que toda a equipe será mantida.

Na sequência, Sr. Marcio Paiva (Cored) apresentou o quadro de acompanhamento dos cursos de 2012 e o cronograma de execução do curso de formação de agentes fiscais da qualidade e agentes metrológicos.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) sugeriu que, devido os novos servidores, seja priorizado os treinamentos em EAD para a RBMLQ – I.

Professora Renata Bondim (Cicma) sugeriu que a análise crítica da consolidação da carga horária dos cursos seja realizada pela Cored em conjunto com o Cicma.

Referente ao histórico do 2º semestre de 2012, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou sobre o alto percentual de reprovação, ressaltando que há a necessidade de se analisar o motivo.

Sr. Marcio Paiva (Cored) apresentou o calendário para o 1º semestre de 2013, onde o Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) destacou a importância dos técnicos fazerem os cursos de agente da qualidade e agente metrológicos em tempos distintos.

Professora Renata Bondim (Cicma) informou que, para não haver mais ruídos, suspendeu qualquer comunicado referente ao curso de agentes metrológicos.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) destacou a importância de todos os órgãos delegados se prepararem para a programação e questionou à Dimel sobre a falta de data para os cursos de metrologia legal.

Dr. Virgílio Cavalcante (Inmeq – AL) destacou a necessidade de capacitação para a área meio. Sr. Marcio Paiva (Cored) apoiou a observação.

Dr. Eduardo Sampaio (Ibametro) sugeriu que os técnicos de carreira sigam a carreira de gestão, destacando que seja feita capacitação nesta área.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) comentou acerca de desenvolvimento no âmbito de habilidades de relacionamento.

Dr. Krol Janio (Imeq – PB) abordou a questão dos medidores inteligentes e destacou a tecnologia Smart Grid.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) ressaltou que não há modelo aprovado de medidores smart grid, porém a Dimel está trabalhando neste regulamento, uma vez que não há problema a comunicação on line com a concessionária.

Sr. Maurício Evangelista (Dimel) falou sobre a situação das regulamentações, destacando alguns que foram aprovados em 2012 (mototaxímetro, verificação periódica de medidores de energia elétrica e medidores eletrônicos de energia elétrica).

Falou, ainda, sobre os principais regulamentos que serão aprovados em 2013, destacando a arqueação de tanques, as balanças (IPNA e IPA), os medidores de velocidade e as bombas medidoras (RTM e oficinas).

Referente à verificação dos medidores de energia elétrica, destacou a aquisição das bancadas, onde registrou que as atas poderão ser aderidas até 31/12.

Dr. Carlson Gomes (Ipem – RN) informou que aderiu a uma ata para aquisição de 17 desktops, porém, quando solicitou os equipamentos, a empresa o informou que só poderia entregar acima de 100 unidades.

Dando prosseguimento, Sr. Maurício Evangelista (Dimel) apresentou a situação atual do processo de aquisição de sistema de inspeção e verificação de medidores de energia elétrica (bancadas) e informou sobre a importância do órgão delegado solicitar ao Inmetro, através de ofício, a adesão à ata de sistema de registro de preço, citando sua numeração e publicação no D.O.U e registrando que a especificação técnica está de acordo com as exigências da atividade a que se destina, que está ciente do custo e que possui recurso para arcar com a execução da despesa justificar o interesse da aquisição.

Dr. Krol Janio (Imeq – PB) comentou sobre o convênio que a Paraíba fez com a concessionária, onde as bancadas foram cedidas ao Imeq – PB. Dr. Miguel Seixas (ITPS) lembrou que estas questões foram discutidas no último encontro técnico da Dimel.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) registrou que qualquer tipo de convênio que seja feito pelos órgãos delegados deverá ter a interveniência do Inmetro. Sr. Maurício Evangelista (Dimel) informou que alguns estados estão utilizando os termos de cooperação técnica.

Dr. Osni Ortiz (Ipem – RO) manifestou interesse em adquirir as bancadas.

Na sequência, Sr. Maurício Evangelista (Dimel) iniciou sua apresentação sobre calibração dos padrões de massa da RBMLQ – I com a unidade móvel do Inmetro (rastreadibilidade), onde destacou o planejamento (realização) da calibração dos padrões da RBMLQ – I.

Falou sobre importância da preparação prévia dos pesos para a calibração e sobre os serviços realizados.

Finalizando, ressaltou os futuros projetos, destacando a intenção de diminuir a distância para preservar a vida útil do caminhão.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) apresentou os resultados da nova sistemática de pré medidos, onde abordou o relacionamento do Inmetro com as associações de fabricantes.

Falou acerca da criação de um grupo de trabalho no penúltimo encontro técnico da Dimel com a RBMLQ – I, convidando o Sr. José Marques (SURRS) para mostrar os resultados, que disse que a expectativa negativa quanto ao método se confirmou.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) informou que o resultado desta nova sistemática foi uma queda de 70%, comparando o ano de 2011 com 2012. Isto é, atualmente, está se monitorando menos 70% dos produtos no Brasil.

Falou-se sobre a importância da Dimel decidir se será usada a nova proposta da OIML, pois o cenário está problemático e decidiu-se realizar uma reunião entre a Cored e a Dimel, em janeiro de 2013, para se definir uma solução.

Aproveitando o momento, afirmou-se que este levantamento demonstrou que, ainda, existem estados que não estão cumprindo a norma.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) informou que a posição da Coordenação Geral da RBMLQ – I e dos órgãos delegados é ter um parâmetro para mudar esta sistemática que foi apresentada pelos estatísticos (aumento do número de amostras gerando aumentando o número de coletas), uma vez que, segundo o Sr. José Marques (SURRS), isto não aconteceu e gasta-se muito tempo para se fazer o exame preliminar.

Sra. Ângela Cadette (Ipem – MG) registrou que o trabalho com esta metodologia não está sendo eficiente, afirmando que é preciso rever esta metodologia imediatamente.

Sr. Paulo Lopes (Ipem – SP) informou que marcou uma reunião com toda sua equipe para alinhar o procedimento, uma vez que o universo foi reduzido.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou a importância de se fazer um comunicado para toda a RBMLQ – I, informando que será incluído no SGI, como erro trivial, a questão da indicação quantitativa estar inserida na vista principal, lembrando que há fabricantes que possuem autorização para inserir em outra vista.

Referente ao critério de amostragem, destacou-se que a base é estatística e que é difícil o entendimento para os técnicos.

Dr. Marcelo Martins (Profe) comentou acerca do aumento do rigor e lembrou que a OIML apenas recomenda e acata-se de acordo com a realidade. Destacou a importância de analisar as consequências da aplicação do regulamento.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) informou que o critério é sustentável e defendeu a rigorosidade do processo.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual), concordando com o Dr. Marcelo Martins (Profe), enfatizou que um dos objetivos da regulamentação é promover o desenvolvimento econômico do país, lembrando que empresas podem ser retiradas no mercado.

Dr. Marcelo Martins (Profe) comentou que não se deve dar importância, apenas, às estatísticas, ressaltando que o impacto no regulamento também é um fator decisivo.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) falou da importância de se levar em conta a realizada do país.

Dr. Luiz Carlos Gomes (Dimel) defendeu a base estatística, falando da importância de se ter a informação correta.

Na sequência, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) falou sobre a dificuldade do micro empresário ser ressarcido quando é colhida uma amostra em seu estabelecimento.

Concluindo, Sr. José Marques (SURRS) comentou sobre a necessidade de uma definição e destacou a importância dos estados se programarem para a realização desta atividade.

Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) iniciou sua apresentação falando acerca das parcerias do Inmetro e dos órgãos delegados com jornais, informando que o grande objetivo é ter um espaço relevante e visibilidade.

Destacou que ações nacionais são pautadas para aqueles que fazem a parceria com o Inmetro e comentou sobre a parceria com o Ipem – RN, lembrando que este órgão tinha a necessidade de redimensionar sua marca.

Comentou, ainda, sobre a parceria do Inmetro com Ibametro e os jornais A Tarde e O Jornal.

Na seqüência, manifestou sua vontade de realizar parcerias com todos os órgãos delegados.

Dr. Emmanuel Andrade (Ipem – PE) questionou a respeito da escolha das mídias, sendo esclarecido, Sr. Afonso Ribeiro (Dicom), que a escolha é direcionada pelo próprio dirigente.

Referente à demanda da Ouvidoria, Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) apresentou o material de divulgação e, posteriormente, destacou a parceria do Inmetro com o MC Donald's, onde Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) registrou que esta ação foi uma idéia do próprio Sr. Afonso Ribeiro (Dicom).

Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) apresentou as 2 proposta para a nova marca da RBMLQ – I, onde iniciou-se uma votação para a escolha e a segunda opção foi escolhida.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) parabenizou o Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) e sua equipe pelo excelente trabalho.

Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) se comprometeu em desenvolver o manual de aplicação da marca da RBMLQ – I.

Dr. Clodoaldo Ferreira (Ipem – MT) perguntou se há possibilidade de se fazer parcerias com rede de televisão e o Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) respondeu que sim, porém ressaltou que a televisão é mais dinâmica e que o jornal impresso é uma abertura de portas.

Dr. Carlson Gomes (Ipem – RN) comentou sobre as dificuldades que o Ipem – RN passou, destacou que a sociedade precisa conhecer o trabalho do Inmetro e da RBMLQ – I, ressaltou que a parceria foi de extrema importância para recompor a imagem do órgão delegado e agradeceu o apoio de toda a equipe da Dicom.

Dr. Jones Braga (Ipem – MA) informou que conseguiu, em conjunto com a equipe de comunicação do governo do estado, um espaço para veicular chamadas educativas, porém não conseguiu o material. Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) se disponibilizou em encaminhar o material para o Maranhão, comentando sobre os vídeos da Diretoria da Qualidade do Inmetro.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) falou da importância de se refletir a respeito das formas de divulgação da imagem da RBMLQ – I, lembrando que se deve definir qual ferramenta será usada.

Finalizando, Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) registrou que será iniciada a produção de vídeos de 30 segundos, focando em assuntos de diversos interesses. Informou que serão abordadas as seguintes diretorias: Dqual, Dimel, Caint e Ouvidoria.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) iniciou sua apresentação comentando acerca da portaria de desfazimento de material, ressaltando que a responsabilidade do desfazimento ser do detentor foi incluída na lei.

Ficou acordado que a nova versão da lei será encaminhada aos membros da Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade.

Sr. Marcelo Monteiro (Dqual) registrou que a portaria já foi finalizada e enviada à Profe e destacou que se a portaria for enviada aos membros da Câmara, para manifestação, o processo será atrasado.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) solicitou que a portaria seja enviada para os membros da Câmara Setorial Jurídica e para todos os órgãos delegados, lembrando que o entendimento é que se responsabilize o fornecedor pela destinação do material.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) aproveitou o momento para registrar que a RBMLQ – I vem se queixado, constantemente, que não é consultada, porém, quando a oportunidade surge, as manifestações são fracas.

Dr. Paulo Lopes (Ipem – SP) questionou sobre o direcionamento do documento, onde foi esclarecido que a idéia inicial era contemplar produtos e instrumentos de metrologia legal, porém, o documento está direcionado a produtos.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) registrou que a questão ambiental está bem definida no documento e ressaltou a importância de que todos encaminhem suas contribuições.

Referente à fiscalização segura, uso de código de barras como forma de rastrear o produto, foi informado que a Dqual e a Cored estão estudando o assunto, uma vez que não é permitido que o Inmetro exija que todos os produtos possuam código de barras, já que este mecanismo pertence a uma empresa privada.

Sobre o termo de cooperação com a Receita Federal, comentou-se sobre a preocupação da Receita Federal reagir à participação do Inmetro, destacando que eles tem aceitado muito bem a presença dos técnicos e lembrando que a demanda é escolhida pelo Inmetro.

Registrou-se que 5 produtos foram escolhidos para atuar, os quais são: brinquedos, têxtil, capacetes, fios de aço e pneu.

Informou-se que está planejada uma nova operação especial, uma vez que, no Rio Grande do Norte, houve um ruído, já que a Receita Federal não leva em consideração se o mercado é informal. Destacou-se que na maioria dos estados a operação foi muito produtiva e trouxe muita visibilidade à mídia e grande reconhecimento da Confederação Nacional das Indústrias.

Sra. Denise (ImetroPará) registrou que a receita Federal, em seu estado, está os demandando com muita frequência.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) esclareceu que a idéia é atuar no atacado e que a lei diz que é preciso negociar a atuação com a Receita Federal.

Dr. Rubens Penteado (Ipem – PR) registrou que a operação no Paraná ocorreu sem a presença da Receita Federal.

Dr. Marcelo Monteiro (Dqual) esclareceu sobre a diferença do foco de atuação do Inmetro e da Receita Federal e, concluindo, fez um relato sobre a operação.

Referente ao Selo Amazônico, falou-se da idéia de se criar um selo para os produtos manufaturados, visando que valores sejam agregados. Registrou-se, também, a necessidade de montar uma comissão, com os estados participantes, para ver produtos que possam ser objetos desta certificação.

Referente ao termo de cooperação com o FNDE, Sra. Alessandra Fontes (Dqual) esclareceu que o a demanda surgiu devido a uma necessidade do governo federal em construir novas creches / escolas. Ressaltou que o desafio era que estas creches fossem construídas de forma segura e rápida.

Destacou as ações realizadas e os novos critérios de eficiência.

Registrou que a vistoria é similar aos dos ônibus escolares, esclarecendo que será desenvolvido um *check list* com os requisitos de desempenho para a vistoria.

Dr. Alfredo Lobo (Dqual) explicou que será feita uma aprovação de modelo para cada construção e a fiscalização será realizada pelo fiscal da prefeitura, mas os técnicos dos órgãos delegados farão algumas fiscalizações por amostragem.

Sobre os informes da Ouvidoria, Sra. Fabíola Bompert (Ouid) iniciou sua apresentação destacando a importância da ouvidoria ser entendida como uma ferramenta de gestão, já que as denúncias são tratadas por este setor.

Destacou as principais fragilidades encontradas nos estados, ressaltando a pouca conscientização sobre a importância desta atividade e a dificuldade das ouvidoras terem a resposta da área técnica.

Comentou acerca da estrutura inadequada para o funcionamento da ouvidoria e da necessidade dos órgãos federais se adequarem à lei de acesso à informação.

Destacou as futuras ações para o SIOR (Sistema de Ouvidorias Integradas na RBMLQ – I) e apresentou o quadro de distribuição de demandas dos estados, ressaltando que estão à disposição para fazer relatórios específicos.

Sr. Fernando Negrão (Ipem – AP) comentou acerca dos números telefônicos das ouvidorias, ressaltando que estes são muito extensos. Sra. Fabíola Bompert (Ouvid) esclareceu que há uma recomendação que orienta o uso do 0800, por ser gratuito.

Sr. Marcio Paiva (Cored), aproveitando a oportunidade, destacou que um determinado órgão recebe ligações pessoais no número da ouvidoria, por ser gratuito e solicitou que evitem esta prática.

Sr. Afonso Ribeiro (Dicom) afirmou a importância da aproximação das ouvidorias com os setores de comunicação e registrou a existência de um manual, no qual contempla a padronização dos uniformes.

Concluindo, Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) comentou a respeito da importância de se usar as orientações contidas no manual.

Posteriormente, iniciou-se a eleição para os membros das Câmaras Setoriais e Conselho Gestor, acordando-se que o mandato será de 2 anos e as eleições serão realizadas na próxima Plenária, para que, assim, o Sr. Marcelo Ladeia (Cored) possa fazer o levantamento de quais membros estão à mais de 2 anos.

Referente à Câmara Setorial Jurídica, foi eleito como membro suplente o Dr. Emmanuel Andrade (Ipem – PE).

Referente à Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade, foi eleito como membro suplente o Dr. Fernando Negrão (Ipem – AP).

Referente aos membros suplentes do Conselho Gestor, para a região sul foi eleito o Sr. Luiz Carlos Silva (Imetro – SC), para a região sudeste foi eleito o Dr. Sandro de Oliveira (Ipem – ES), para a região Centro – Oeste foi eleito o Dr. Parrião Junior (Ipem – TO), para a região Norte foi eleito o Dr. Miguel Felix (Ipem – AC) e para a região Nordeste foi eleito o Dr. Jones Braga (Ipem – MA).

Sobre a criação do grupo de trabalho sobre o curso de formação de agentes metrológico, acordou-se que os membros da RBMLQ - I serão: Sra. Adriana Barbato (Ipem – MG), Sr. Delcídio (Ipem – SP), Sr. Edson Salles (Ibmetro), Sra. Luciana Boni (AEM – MS), Dr. Marcio André (Ipem – AM), José Roberto de Paula Marques (SURRS), Dr. José do Patrocínio (ITPS) e Sra. Ângela Meireles (Ipem – PR).

Dr. Ivan Alves (Ipem – MG) sugeriu que a convocação dos supervisores das auditorias seja concentrada na Cored.

Finalizando, ficou registrado que a supervisão das atividades delegadas é de competência da Coordenação Geral da RBMLQ – I.

Dr. Omer Pohlmann Filho (Cored) finalizou a Plenária 2º Ciclo – 2012, destacando a produtividade da reunião.

Próxima Reunião:

Data: 04 a 06 de Junho de 2013

Local: Florianópolis – SC